PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 7424/2025
INEXIGIBILIDADE N° 036/2025
CONTRATO INEXIG. N° 036/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PICOS/PI E 74 ENTRETENIMENTO E MARKETING EIRELI, CNPJ N. 19.370.140/0001-80, QUE TEM POR OBJETO O FIM ADIANTE ESPECIFICADO, NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS A SEGUIR AJUSTADAS.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE PICOS/PI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ (MF) Nº 06.553.804/0001-02, com sede à Rua Marcos Parente, nº 155, Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito **Sr. Pablo Dantas de Moura Santos**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº XXX.457.573-00, residente e domiciliado nesta cidade de Picos-PI;

CONTRATADO: 74 ENTRETENIMENTO E MARKETING EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 19.370.140/0001-80, localizada na Rua Rodrigo Soares de Oliveira, 173, sala 01 - Anhangabaú – Jundiaí/SP - CEP 13208-120, neste ato representada pelo **Sr. José Julio Pacheco Quattrucci Junior,** portador do documento de identidade RG nº 29.542.182-4 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob nº 278.446.238-29.

Os Contratantes acima qualificados, tendo entre si justo e avençado, celebram o presente ajuste oriundo da Inexigibilidade de Licitação n° 036/2025 instruído através do Processo Administrativo n° 7424/2025, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a realização de apresentação musical da banda Biquini Cavadão, mediante show artístico ao vivo, no evento "Picos 40 Graus", em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Picos/PI, conforme as especificações constantes na Inexigibilidade de Licitação nº 036/2025, no Termo de Referência, na Proposta da Contratada e demais documentos que integram este contrato.
1.2. A apresentação do artista será realizada de forma presencial, com formação completa de banda e estrutura compatível com a relevância e notoriedade do artista, devendo ocorrer no dia **06 de julho de 2025**, à **23h00min**, na cidade de Picos, Estado do Piauí, com duração mínima de 90 (noventa) minutos.

1.3. A execução do objeto contratual deverá observar as condições técnicas e logísticas estabelecidas pela Administração Pública, bem como os padrões de qualidade esperados da performance artística do cantor contratado, sendo responsabilidade da empresa contratada a garantia de todas as condições necessárias à perfeita realização do espetáculo, inclusive a articulação com a produção do artista.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATADO

2.1. O valor global contratado no presente ajuste é de **R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)**, conforme detalhamento dos itens e especificações abaixo indicada:

Item	Especificações	Med.	Quant.	Vlr. Mensal	Vlr. Total
01	Apresentação musical da banda "Biquini Cavadão" no evento "Picos 40 Graus", em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Cultura de Picos/PI	Serviço	01	R$ 250.000,00	R$ 250.000,00
Valor Total: ..... R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)					

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E ALTERAÇÕES

3.1. O presente contrato terá vigência de **03 (três) meses**, contado da assinatura do contrato.

3.2. A apresentação musical do da banda Biquini Cavadão deverá ocorrer no dia 06 de julho de 2025, conforme cronograma do evento "Picos 40 Graus", sendo este o marco principal da execução do objeto.

3.3. O presente contrato poderá ser alterado, mediante termo aditivo, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante justificativa formal da Administração e concordância da contratada, desde que preservado o equilíbrio económico-financeiro inicialmente pactuado.

3.4. É vedada a alteração unilateral do contrato pela contratada, salvo nas hipóteses previstas em lei e autorizadas pela Administração.

3.5. A prorrogação da vigência contratual não será admitida, salvo por motivo de força maior devidamente reconhecido pela Administração, conforme previsão do §1º do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

4.1. Os recursos financeiros para a despesa decorrente desta contratação corem por conta do Município de Picos/Pl, devidamente assegurados com a seguinte **DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:**

500 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E 501 – OUTROS RECURSOS NÃO VINCULADOS. ÓRGÃO PARTICIPANTE - 13.392.0016.1073 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PICOS – PI. ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATADA

5.1. Constituem obrigações da CONTRATADA:

I – Assegurar a realização da apresentação musical da banda BIQUINI CAVADÃO, com formação completa de banda e equipe técnica, na data de 06 de julho de 2025, no evento "Picos 40 Graus", em local previamente definido pela Administração Municipal, com duração mínima de 90 (noventa) minutos;

II – Garantir a presença pontual do artista contratado no local do evento, respeitando o horário estipulado para o início da apresentação, conforme cronograma definido pela Secretaria Municipal de Cultura;

III – Disponibilizar e custear todos os encargos relacionados à logística da apresentação, tais como transporte terrestre/aéreo, hospedagem, alimentação e demais despesas com equipe técnica e músicos, exceto aquelas expressamente previstas como responsabilidade do Município;

IV – Observar todas as exigências técnicas acordadas previamente com a produção do evento, responsabilizando-se por providenciar, caso necessário, a interlocução direta com o responsável artístico do cantor;

V – Apresentar, até 10 (dez) dias antes do evento, o rider técnico do artista, com todas as especificações de equipamentos, instrumentos e estrutura de palco necessários para a realização do show;

VI – Cumprir integralmente as cláusulas contratuais e as exigências constantes nos demais documentos integrantes do processo de contratação, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis;

VII – Garantir a regularidade da documentação exigida para a contratação direta, incluindo as certidões negativas e demais comprovantes de habilitação jurídica e fiscal, durante toda a vigência contratual;

VIII – Responder civil e criminalmente por quaisquer danos causados ao patrimônio público, a terceiros ou ao Município, em decorrência de ações ou omissões de seus prepostos, colaboradores ou do próprio artista durante a execução do contrato;

IX – Manter o Município informado, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sobre qualquer ocorrência que possa comprometer o cumprimento do objeto contratual, inclusive casos de força maior que inviabilizem a apresentação;

X – Submeter-se à fiscalização da Administração Pública, permitindo o acompanhamento e a verificação do cumprimento das obrigações assumidas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PARTE CONTRATANTE

Rua Marcos Parente nº 155
64.600-106 • Picos, Piauí
(89) 3415-4215/3415-4217
picos.pi.gov.br

6.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE, representada pela Secretaria Municipal de Cultura de Picos/PI:

I – Assegurar todas as condições necessárias para a adequada realização do evento "Picos 40 Graus", inclusive quanto à infraestrutura física do local, segurança, som, iluminação, painel de led, palco, energia elétrica, estrutura e abastecimento de camarim, carregadores e demais requisitos técnicos indicados no rider do artista, desde que previamente acordados com a CONTRATADA;

II – Garantir o acesso da equipe do artista ao local do evento em tempo hábil para a montagem, passagem de som e demais preparativos necessários à realização da apresentação;

III – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor e nas condições previstas neste contrato, condicionado à devida execução do objeto e ao cumprimento das formalidades legais, especialmente a apresentação de nota fiscal, relatório de execução e demais documentos exigidos pela fiscalização contratual;

IV – Prestar as informações e os esclarecimentos que se fizerem necessários ao bom cumprimento do objeto contratual, incluindo a definição de horários, espaço de apresentação e logística de acesso ao local do evento;

V – Fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor ou comissão designada, anotando em registro próprio todas as ocorrências relevantes, conforme previsto na legislação vigente;

VI – Adotar as providências administrativas e operacionais sob sua responsabilidade que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento do contrato e ao êxito do evento;

VII – Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer alteração, cancelamento ou necessidade de readequação do cronograma previamente acordado, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, salvo em caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

VIII – ECAD.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORMA DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto contratual dar-se-á sob o regime de empreitada por preço global, conforme disposto no inciso I do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, mediante a prestação de serviço específico e determinado, consistente na realização de apresentação musical da banda Biquíni Cavadão, na data e condições previamente estabelecidas neste contrato e em seus anexos.

7.2. O recebimento do objeto dar-se-á em duas etapas, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021:

I – Recebimento provisório, no momento da apresentação musical, pela autoridade ou comissão designada para o acompanhamento do evento, que verificará in loco a regular execução do objeto, lavrando-se termo circunstanciado com registro das condições e da conformidade da entrega;

II – Recebimento definitivo, após a apresentação, mediante a constatação do cumprimento integral das obrigações contratuais, e após a apresentação da nota fiscal e dos demais documentos exigidos, ocasião em que será emitido o atesto formal de execução e liberado o

pagamento.

7.3. O recebimento definitivo do objeto será condicionado à verificação da conformidade da apresentação artística com os requisitos técnicos pactuados, à avaliação da regularidade documental da contratada e à ausência de vícios ou inadimplementos contratuais.

7.4. Eventuais falhas ou irregularidades constatadas no momento da execução deverão ser imediatamente sanadas pela CONTRATADA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento do objeto contratado será efetuado 100% (cem por cento) até um dia útil antes do evento, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela Secretaria requisitante.

8.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

a) Certidão de Regularidade Fiscal com as Fazendas: Federal, Municipal e Estadual.

b) CRFGTS

c) CNDT

8.3. A nota fiscal referida acima deve apresentar discriminadamente os serviços prestado a que se referir.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou falta de execução da prestação do serviço.

CLÁUSULA NONA - DO REAJUSTE DOS PREÇOS E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

9.1. Considerando a natureza do objeto e o prazo de vigência contratual, que não ultrapassa 12 (doze) meses, não haverá aplicação de reajuste de preços durante a vigência deste contrato, nos termos do art. 134, §1°, da Lei n° 14.133/2021.

9.2. Os valores pactuados somente poderão ser revistos nas hipóteses de revisão contratual previstas no art. 124 da Lei n° 14.133/2021, desde que devidamente motivadas e comprovadas as causas supervenientes que justifiquem a modificação do equilíbrio económico-financeiro inicialmente estabelecido.

9.3. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento, com base nos índices oficiais admitidos pela legislação, nos termos do art. 141, §1°, da Lei n° 14.133/2021.

9.4. Não será cabível qualquer compensação financeira ou alegação de majoração de custos por parte da CONTRATADA decorrente de oscilações normais do mercado ou de previsões que deveriam ter sido consideradas na formulação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por um representante da CONTRATANTE especialmente designado, observado o que se segue:

a) o representante da CONTRATANTE anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, inclusive a observância do prazo de vigência do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) as decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas os seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes;

c) a existência da fiscalização da CONTRATANTE de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da CONTRATADA na prestação do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

11.1. A Contratada estará sujeita à imputação das penalidades, conforme decidir a autoridade competente em caso de cometimento de infração administrativa nos termos Título IV, Capítulo Ida Lei n° 14.133/21, ante a eventual inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2°, da Lei n° 14.133/21).

b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida e de 1,0% (um por cento) por dia, após o trigésimo dia de atraso acumulada com as multas cominatórias abaixo:

I - Multa de 5,0% (cinco por cento) do valor do total do contrato por faltas médias, assim entendidas aquelas que acarretam transtornos significativos e, na sua reincidência, esse percentual será de 10% (dez por cento).

II - Multa de 10,0% (dez por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, com ou sem prejuízo para o ente público contratante.

b.1) A multa não poderá ser superior a 30,0% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.133/21.

b.2) A multa de mora poderá ser convertida em compensatória de 30,0% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas hipóteses de inexecução total, nos termos do art, 162, parágrafo único da Lei n° 14.133/21.

b.3) O atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n° 14.133/21.

c) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas abaixo, e sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4", da Lei n° 14.133/21):

Rua Marcos Parente nº 155
64.600-106 • Picos, Piauí
(89) 3415-4215/3415-4217
picos.pi.gov.br

c.1) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c.2) Der causa à inexecução total do contrato;

c.3) Deixar de entregar a documentação exigida/para o certame;

c.4) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

c.5) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c.6) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando praticadas as condutas descritas abaixo, bem como as descritas no subitem anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5°, da Lei n° 14.133/21):

d.1) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

d.2) Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d.3) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d.4) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

d.5) Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei n° 12.846, de 1° de agosto de 2013.

11.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, 59°, da Lei n° 14.133/21).

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133/21).

11.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias uteis, contato da data de sua intimação (art.157, da Lei n° 14.133/21.

11.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, 88° da Lei n° 14.133/21).

11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133/21): a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n° 12.846/13, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei n° 14.133/21).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n° 14.133/21).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, da Lei n° 14.133/21.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei/n° 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as

providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

12.2.1. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.3. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n° 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Em caso de cancelamento do evento a qual motivo for ou por motivo decorrente de caso fortuito ou força maior, especialmente no que se refere a medidas profiláticas de saúde pública, fica facultado às partes a possibilidade de consecução do evento em data futura, conforme a disponibilidade de agenda da CONTRATADA, sendo as novas despesas logísticas e custos remanescentes por conta da CONTRATANTE.

12.3.2. Não sendo viável o disposto no subitem 12.3.1, fica a CONTRATADA obrigada a restituir os valores adimplidos antecipadamente, se for o caso, sem prejuízo da correção monetária, descontados os custos operacionais já realizados até o momento para esta apresentação, desde que devidamente comprovados.

12.3.3. Não havendo valores adimplidos antecipadamente, fica resguardado a CONTRATADA o direto ao ressarcimento, dos gastos já efetivados com a logística.

12.4. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. O presente ajuste poderá ser rescindido unilateralmente ou por acordo entre as partes nas formas e condições definidas na legislação vigente.

12.7. Para a extinção do contrato por ato unilateral a Contratante deve proceder a notificação da empresa Contratada, por escrito, concedendo prazo mínimo de 05 (cinco) dias corridos para apresentação de suas razões, sem que lhe caiba qualquer ônus.

12.7.1. Dispensa-se este prazo quando o motivo da rescisão for imputável à Contratada.

12.8. Por meio deste ajuste, as partes interessadas reconhecem os direitos da Administração, em caso de extinção determinada por ato unilateral da Administração prevista no artigo 139 da Lei Federal n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA LEGISLAÇÃO APLICADA E CASOS OMISSOS

13.1 Este Contrato Administrativo será regido pelas normas presentes na Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, legislações complementares, regulando-se pelas suas cláusulas e pelos

preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.2. Os instrumentos legais mencionados no item anterior, bem como os princípios que regem a atuação da Administração Pública e as normas relativas a contratos, devem dirimir os casos omissos eventualmente identificados no curso da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE REGULARIDADE

14.1. A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do ajuste, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por aqueles que pretendem contratar com a Administração Pública, para o ramo pertinente, como previsto nos artigos 62 a 69 da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

15.1. O extrato resumido do instrumento do Contrato será publicado pelo ente Contratante no Diário Oficial do Município, em cumprimento ao disposto no art. 176, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da Cidade e Comarca de Picos/PI, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste Contrato.

Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento me 03 (três) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme é assinado pelos Contratantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Picos-PI, 13 de junho de 2025.

Assinado de forma digital por PABLO DANTAS DE MOURA SANTOS:84145757300

MUNICÍPIO DE PICOS/PI
Pablo Dantas de Moura Santos
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

gov.br Documento assinado digitalmente
JOSE JULIO PACHECO QUATTRUCCI JUNIOR
Data: 17/06/2025 08:45:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

74 ENTRETENIMENTO E MARKETING EIRELI
CNPJ n. 19.370.140/0001-80
José Julio Pacheco Quattrucci Junior

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

NOME: Lawrente Barros de Santana **NOME:** Francisco Ludério de Sousa

CPF: 967.821.103-34 **CPF:** 022.328.863-52

Rua Marcos Parente nº 155
64.600-106 • Picos, Piauí
(89) 3415-4215/3415-4217
picos.pi.gov.br